

# Líderes políticos contra programa de concessão da rodovia BR-386

Impasse. Apoio apenas virá se houver mudanças como a população tem pedido

■ Marcelo Ricardo Fiori  
redacao3@jornalibia.com.br

Motivo de uma audiência pública hoje, a partir das 14h, no Clube Riograndense, o Programa de Exploração de Rodovia (PER) — que prevê, entre outras medidas, a instalação de praça de pedágio em Montenegro, na BR-386, perto da ponte sobre o Rio Cai — vem somando um número maior de críticos do que apoiadores à medida que os debates avançam.

Aqui na Cidade das Artes, os poderes municipais estão divididos: a Câmara de Vereadores tem se mobilizado para trancar o projeto se não houver grandes modificações, enquanto a Prefeitura concorda, mas pede isenção para veículos montenegrinos. A ACI Monte-

no isenção para veículos montenegrinos. A ACI Montenegro/Pareci Novo também discorda.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que coordena o processo, deu margem para polêmicas ao prever inicialmente apenas duas audiências públicas (uma em Porto Alegre e outra em Brasília) e ao fazer explicações técnicas, sem esclarecer muitas das dúvidas da comunidade. Na reunião de hoje no

Riograndense, a autarquia buscará reverter o prejuízo salientando os aspectos positivos da concessão da Rodovia da Produção.

Entre os críticos do PER está a segunda principal autoridade do Rio Grande do Sul: o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Edegar Pretto (PT), que semana passada esteve em Brasília para reivindicar profundas mudanças na minuta do edital. “Já vivenciamos tempos ruins em relação aos pedágios no RS. Somos contrários àquele modelo que vigorou 15 anos e levou muito dinheiro para fora do Estado e que as comunidades sitiadas pelas praças não tinham para quem reclamar. O povo perdeu. Somente quem ganhou foram as empresas que exploravam as concessões”, disparou.

quem ganhou foram as empresas que exploravam as concessões”, disparou.

Os principais pontos negativos, na visão dele, referem-se ao período de concessão, 30 anos, e à demora para o início das obras de duplicação. A previsão era tirá-las do papel somente 12 anos depois das tarifas começarem a ser cobradas, mas a ANTT já acenou com a possibilidade de antecipar esse prazo, caso haja viabilidade econômica.

Pretto lamentou que,

pela proposta original, as concessionárias ficarão somente com o “filé” da BR-386. “Quando as gaúchas e os gaúchos de Sarandi ou Iraí, por exemplo, poderão sonhar com a duplicação? Não somos contra o pedágio puro e simplesmente. Somos contra um modelo onde apenas um lado ganha e outro é explorado. Sou a favor de uma tarifa decente”, afirmou.

O deputado cita que diversas obras de recuperação e ampliação dessas mesmas rodovias estão sendo realizadas pelo governo federal antes de serem entregues para concessão. “Lembro que, no passado, caminhoneiros que iam de Palmeira das Missões a Porto Alegre várias vezes por mês gastavam mais com pedágios do que com a prestação dos

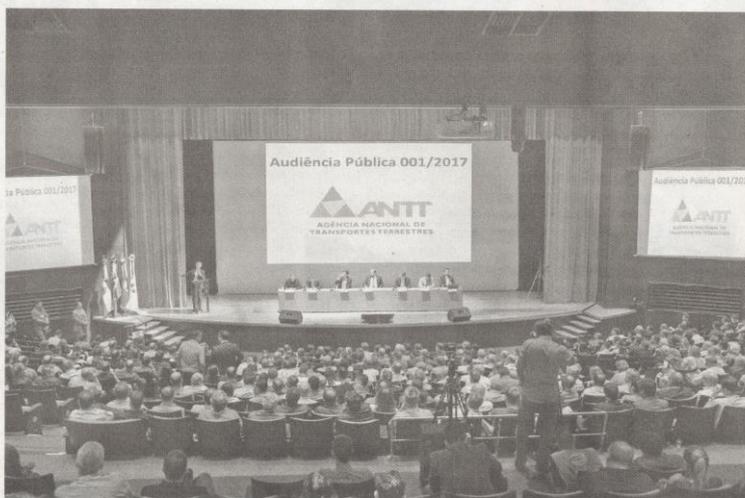
várias vezes por mês gastavam mais com pedágios do que com a prestação dos caminhões. É preciso que as comunidades se mantenham mobilizadas, pois a pressão é que modifica as coisas.”

Outra posição contrária é do senador Lasier Martins (PSD), que considera altas demais as tarifas previstas para o pedágio. Além disso, ele diz que agora não é uma boa hora para avançar nas tratativas, porque a economia brasileira acaba de iniciar um processo de re-

cuperação. “Reivindicamos uma paralisação nas negociações para ver se é possível um novo cálculo para rever valores dos pedágios, que apresentam cobranças muito altas. Sugerimos aguardar um rebaixamento da taxa Selic para buscar obter um melhor preço nas tarifas”, declarou ele em postagem nas redes sociais. A deputada Zilá Breitenbach (PSDB) entende que é urgente melhorar as condições de tráfego na Rodovia da Produção, mas tem ressalvas ante ao projeto apresentado pela ANTT. “As concessões são modelos eficazes, mas devem ser feitas com critérios. Os valores para quem passa pela estrada devem ser razoáveis, considerando que todos já pagamos impostos altíssimos.”

zoáveis, considerando que todos já pagamos impostos altíssimos.”

A parlamentar defende que as obras de melhoria devem ser iniciadas o quanto antes. “Inicialmente, o projeto da ANTT previa investimentos apenas a partir do décimo ano de concessão. Agora, já baixaram para o terceiro ano. Estamos no caminho, mas é preciso maior comprometimento com as demandas das populações por onde passam as rodovias concedidas.”



EM LAJEADO, na última quinta-feira, lideranças do Vale do Taquari fizeram duras críticas ao projeto

FOTO: ASSIS/ALVARO FERREIRA